



## **A EDUCAÇÃO EM FLUXO: A CONSTANTE METAMORFOSE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

ZENILCI GONÇALVES DO BONFIM

### **RESUMO**

Este estudo analisa a trajetória do Ensino Médio no Brasil e destaca as transformações estruturais, as políticas públicas educacionais e suas implicações na Educação. A partir da análise das políticas públicas educacionais, discute-se a reforma desta etapa de ensino da Educação Básica e sua implementação, evidenciando a continuidade e a descontinuidade das políticas educacionais e os impactos dessas legislações na educação brasileira. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental a fim de apresentar um panorama desse contexto educacional. Os resultados indicam que, apesar das tentativas de aprimoramento do Ensino Médio, as constantes mudanças na legislação refletem interesses políticos, econômicos e sociais, muitas vezes sem garantir as condições necessárias para sua implementação efetiva. Além disso, observa-se que a reestruturação do Ensino Médio brasileiro, especialmente a partir da Lei 13.415/2017, gerou debates sobre seus efeitos na democratização do acesso à educação, na formação docente e na qualidade do ensino ofertado. Há desafios significativos na adaptação das escolas às novas diretrizes curriculares e na superação das desigualdades regionais que afetam a implementação eficaz das políticas educacionais. Conclui-se que as políticas para o Ensino Médio brasileiro precisam ser planejadas com maior coerência e comprometimento com a qualidade educacional e a equidade social. Além disso, é fundamental que haja um acompanhamento contínuo da reforma e a criação de estratégias que garantam sua efetividade, assegurando que a educação atenda às demandas contemporâneas e contribua para a formação integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Reforma Educacional; Educação Básica.

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação básica brasileira tem sido alvo de constantes reformulações, especialmente no Ensino Médio, cuja função oscila entre a formação para a cidadania e a preparação para o mercado de trabalho. Desde a promulgação da LDB 9.394/1996, o Ensino Médio passou por diferentes modelos, incluindo o Ensino Médio Regular, o Programa Ensino Médio Inovador e, mais recentemente, a Reforma instituída pela Lei 13.415/2017. Essas mudanças têm sido justificadas como tentativas de modernizar o sistema educacional, mas também refletem uma história de continuidade e descontinuidade das políticas públicas na estrutura educacional do país na transição dos governos pela qual demandam retóricas desse segmento social e político considerando o jovem como alvo dessas implementações educacionais.

O Ensino Médio no Brasil foi marcado por inúmeros “reformismos” que, entre políticas de Estado e políticas de governo, apresentaram mudanças curriculares que não foram capazes de abrandar ou solucionar os problemas e as necessidades das juventudes nessa etapa final da educação básica, caracterizada por ambíguos movimentos entre uma formação propedêutica, mais geral, e uma formação profissional, mais técnica (SILVEIRA; RAMOS; VIANNA, 2018, p. 102).

Na realidade do Ensino Médio, observa-se que as reformas frequentemente priorizam a

adaptação às demandas do mercado, nem sempre garantindo condições efetivas para a melhoria do ensino. Assim, este estudo apresenta um panorama das principais mudanças nas políticas públicas ocorridas no Ensino Médio brasileiro nos últimos anos, analisando seus impactos e contradições. No Brasil, um marco importante para a garantia dos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos é a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o estado democrático de direito. No artigo 205, afirma-se que:

A educação, um direito de todos e um dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Em conformidade com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 3/2018) reiteram esse direito. Dessa forma, a história do Ensino Médio no Brasil é caracterizada por constantes mudanças. No âmbito dessas alterações legais e da interferência dessas leis na situação educacional brasileira é que a reforma do Ensino Médio se redesenha. Em 2017, o governo brasileiro aprovou uma nova reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), conhecida como Nova Lei do Ensino Médio, que visa simplificar o currículo e aumentar a carga horária mínima. (BRASIL, 2017)

Destarte, o estudo pauta-se na análise das nuances e metamorfoses do Ensino Médio brasileiro fundamentadas no estudo de fontes documentais e bibliográficas e, dessa forma refletir sobre a reforma educacional que circundam o redesenho no cenário atual desta etapa final da Educação Básica implementada no Brasil.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

Nessa perspectiva, o estudo adotou uma abordagem qualitativa baseada na revisão bibliográfica e na análise documental. Foram consultadas legislações pertinentes que tratam sobre a reforma do Ensino Médio, a fim de retratar um panorama das políticas educacionais nessa trajetória. A pesquisa envolveu a análise de políticas públicas educacionais e seus impactos na estrutura e funcionamento dessa etapa de ensino, bem como estudos bibliográficos que discutem as reformas implementadas e suas implicações. A seleção dos documentos foi realizada com base na relevância para o tema, considerando publicações entre 1996 e a atualidade, período marcado por intensas transformações na realidade desta etapa final da Educação Básica. Nesse contexto, compreender o desenvolvimento e as transformações desta fase educativa requer tal estudo e análise das políticas públicas, das mudanças legislativas, e das reformas estruturais que moldaram seu panorama histórico ao longo dos anos.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados do estudo indicam que, apesar das constantes reformas no Ensino Médio, os desafios estruturais e pedagógicos persistem. A análise documental revela que as mudanças promovidas pela Lei 13.415/2017 evidenciam uma tendência à flexibilização curricular, com a intenção de ampliar a autonomia dos estudantes na escolha de itinerários formativos. No entanto, observa-se que a implementação dessas diretrizes encontra limitações estruturais significativas, como a desigualdade no acesso a recursos educacionais e a deficiência na formação de professores para essa nova realidade.

A discussão dos resultados demonstra que as reformas do Ensino Médio, ao longo dos anos, oscilaram entre interesses políticos, econômicos e sociais, muitas vezes desvinculadas das reais necessidades dos estudantes e das instituições de ensino. Ademais, verifica-se que as tentativas de modernização dessa etapa educacional, ao priorizarem demandas do mercado de trabalho, nem sempre garantem qualidade e equidade no ensino.

Outro ponto relevante identificado é a fragmentação e fragilidade das políticas educacionais, uma vez que está em constante alteração, o que compromete a consolidação de um modelo de Ensino Médio coerente e eficaz. Conforme apontam Silveira *et al.* (2018), a oscilação entre formação propedêutica e técnica demonstra a falta de um planejamento de longo prazo alinhado às demandas reais da educação brasileira. Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de um maior comprometimento das políticas públicas com a qualidade educacional e a equidade social, as quais deveriam ser efetivas na Educação. Em suma, a escola é afetada nesta etapa final da Educação Básica, pois ao longo da história, a educação brasileira enfrentou e continua enfrentando muitos desafios. Considerar estes efeitos e desafios é importante para criar futuras políticas educativas e superar barreiras nos sistemas educativos.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise da trajetória do Ensino Médio no Brasil evidencia que, diante de tantas metamorfoses, a Lei 13.415/2017 ainda levanta questionamentos sobre seus impactos e sobre a superação dos desafios existentes. Considerando as diversas condições do país e a necessidade de uma educação que realmente prepare os alunos para as demandas contemporâneas, a reflexão sobre essa reforma vai além do escopo legal e exige uma análise crítica e abrangente.

O Ensino Médio no Brasil é um processo complexo e dinâmico, moldado por diversos contextos históricos e influências políticas. A análise da LDB 9.394/96 e da Lei 13.415/2017 demonstra a importância de um Ensino Médio de qualidade na formação dos jovens brasileiros. No entanto, observa-se que essas reformas ainda não foram plenamente efetivadas para atingir seus objetivos. A implementação dessas mudanças requer a colaboração entre governos, escolas, professores e comunidades para garantir sua efetividade.

O impacto dessas reformas deve ser continuamente avaliado para garantir que as políticas públicas realmente contribuam para a melhoria da educação. Apesar dos avanços, o Ensino Médio ainda enfrenta desafios significativos, e garantir a qualidade da educação continua sendo um obstáculo no cenário educacional brasileiro do século XXI. Apesar dos avanços da lei, é importante saber que esta não está imune aos impactos e desafios que circundam esse cenário.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 de novembro 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 1996. Disponível em: < [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em 07 de novembro de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622)> Acesso em 18 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de

28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)>. Acesso em 24 de novembro de 2024.

CARMO, Helen Cristina; CORREA, Lycinia Maria. **O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SILVEIRA, Éder da S.; RAMOS, N. V.; VIANNA, R. de B. O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 101–118, 2018. DOI: 10.22196/rp.v20i43.3992. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>>. Acesso em: 25 novembro 2024.